

PCP confronta Governo com os problemas dos trabalhadores das Lojas Francas de Portugal

O PCP apresentou na Assembleia da República dois requerimentos onde confronta o Governo com os problemas dos trabalhadores das Lojas Francas, exigindo uma intervenção efectiva do Governo. Neste comunicado reproduzimos os dois requerimentos repetindo o apelo de sempre: **está nas mãos dos trabalhadores, da sua unidade e luta, a defesa dos seus direitos!**

O roubo dos salários dos trabalhadores das Lojas Francas de Portugal

As Lojas Francas de Portugal são uma empresa do Grupo TAP (que detém 50,1% do capital). Aos seus trabalhadores foi aplicado o roubo nos salários que o Governo decidiu aplicar em 2011 e em 2012.

Entretanto já são públicas as contas de 2011 das LFP. As suas receitas aumentaram para 142,8 milhões de Euros, e os seus resultados líquidos atingiram os 8,479 milhões de Euros. Metade deste montante foi enviada para a multinacional que detém 49,9% do capital.

Falamos de lucros que representam já cerca de 20.000€ por trabalhador e que vão ainda crescer mais cerca de 2000 euros per capita, com o autêntico roubo dos subsídios de férias e natal durante 2012. E isto quando o Governo português ainda não foi capaz de explicar em que é que o envio de um dos subsídios para a Suíça (onde está parte do capital acionista da empresa) ajuda a combater o défice público, em que é que a transferência para os lucros das prestações antes pagas para a segurança social e para o IRS ajudam a combater o défice público, em que é que a promoção da exploração dos trabalhadores portugueses para alimentar os lucros das multinacionais ajuda a combater o défice público, ou de como a manutenção do roubo aos trabalhadores das LFP é compaginável com a sua declaração de inconstitucionalidade pelo próprio TC.

Assim, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Economia e Emprego:

1. Tendo o Ministério a tutela das LFP, quando vai o Governo dar orientação para que sejam devolvidos aos trabalhadores os valores que foram desta forma autenticamente roubados por via da abusiva aplicação das referidas normas inconstitucionais dos OE 2011 e OE 2012?

Revistas ilegais nas Lojas Francas de Portugal

Nas LFP os trabalhadores são obrigados pela Empresa a deixar alguns bens pessoais em cacifos, o que coloca à Empresa a obrigação de assegurar as condições efetivas de proteção desses pertences dos trabalhadores.

A Administração da Empresa ficou incomodada com o facto de alguns trabalhadores terem apresentado queixa na polícia de furtos praticados contra os seus bens pessoais enquanto se encontravam a trabalhar. Mas esse incómodo levou a que a Empresa optasse por um comportamento inaceitável, em vez de cumprir com a sua obrigação de assegurar a segurança e de articular com os trabalhadores e suas ORT as medidas a tomar para resolver ou minorar problema. Esse comportamento inaceitável foi o de decidir a realização de revistas ilegais aos trabalhadores e seus cacifos.

Trata-se de um comportamento inaceitável por querer criminalizar as vítimas – os seus trabalhadores. Um comportamento inaceitável por querer impor revistas ilegais aos trabalhadores e seus cacifos. Um comportamento inaceitável por atribuir às chefias a responsabilidade de realizar essas revistas ilegais. Um comportamento inaceitável em qualquer empresa, mas quando praticado numa empresa pública exige uma intervenção imediata da tutela!

Assim, solicitamos ao Governo, através do Ministério da Economia e Emprego resposta para as seguintes questões:

1. Tendo o Ministério a tutela setorial das LFP perguntamos: Que medidas vai tomar o Ministério para acabar com este comportamento completamente inaceitável da Administração das LFP?

2. Tendo o Ministério a tutela da Autoridade para as Condições de Trabalho: Que medidas tomou a ACT, e quais os resultados, sobre a situação aqui exposta?